

Saberes indígenas e ciência de fronteira: circulação de conhecimentos nas demarcações luso-espanholas na América Meridional (século XVIII)¹

Indigenous Knowledge and Frontier Science: Knowledge Circulation in the Portuguese-Spanish Border Making in South America (18th Century)

Layla Freitas de Matos

Mestranda em História

Universidade Federal Fluminense (UFF)

layla.f.matos@gmail.com

Recebido: 10/08/2025

Aprovado: 06/11/2025

Resumo: Este artigo analisa a contribuição dos povos indígenas para a conformação territorial da América Meridional, no contexto das demarcações de fronteira, realizadas pelas comissões luso-espanholas no século XVIII, chamadas de “Partidas de Limites”. A partir de fontes cartográficas, manuscritas e diários das expedições científicas, buscou-se formas de apropriação e silenciamento de saberes locais por engenheiros e astrônomos europeus, mas também de circulação de saberes que evidenciam a agência indígena. A partir do referencial teórico da História da Ciência e da História Indígena, dialoga-se com conceitos pós-estruturalistas, decoloniais e pós-coloniais, argumentando-se que os indígenas não apenas auxiliaram tecnicamente as comissões, mas também forneceram informações fundamentais sobre geografia, navegação fluvial e toponímia. Destaca-se o protagonismo de figuras como Francisco Xavier Arirapi, cujo conhecimento foi determinante para a resolução de disputas geográficas. Ao notabilizar essas interações, o artigo propõe uma releitura crítica dos processos de produção do saber científico colonial.

Palavras-chave: saberes indígenas; Partidas de Limites; fronteiras coloniais.

Abstract: This article analyzes the contribution of indigenous groups to the territorial configuration of South America, in the context of border making carried out by Portuguese-Spanish commissions in the 18th century, known as *Partidas de Limites*. Based on cartographic sources, manuscripts, and scientific expedition diaries, we sought ways in which European engineers and astronomers appropriated and silenced local knowledge, but also ways in which knowledge circulated that

¹ Este artigo resulta da ampliação de projeto de pesquisa desenvolvido no âmbito do Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), com financiamento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq), sob orientação da Prof.^a Dra. Heloisa Meireles Gesteira, que estimulou a definição do tema de pesquisa e orientou quanto à localização das fontes primárias e de parte da bibliografia utilizada; as análises e conclusões são de exclusiva responsabilidade da autora.

highlighted indigenous agency. Based on the theoretical framework of the History of Science and Indigenous History, the article engages with post-structuralist, decolonial, and postcolonial concepts, arguing that indigenous peoples not only provided technical assistance to the commissions, but also supplied fundamental information on geography, river navigation, and toponymy. The article considers the role of figures such as Francisco Xavier Arirapi, whose knowledge was crucial in resolving geographical disputes. By emphasizing these interactions, the article proposes a critical reinterpretation of the processes of colonial scientific knowledge production.

Keywords: Indigenous knowledge; *Partidas de Limites*; colonial borders.

Introdução

O século XVIII se inicia, na América, com a reconfiguração das possessões ibéricas ultramarinas. O Tratado de Tordesilhas (1494), que dividiu o mundo entre as Coroas Portuguesa e Espanhola, ainda vigorava sem a devida demarcação geográfica *in loco* (CORTESÃO, 1987; KANTOR, 2007; 2009) e as tensões entre Portugal e Espanha aumentavam pela definição de linhas de fronteiras no território ocupado. Nesse contexto, Portugal envia padres matemáticos à América, com objetivos secretos de traçar os meridianos da Colônia em relação aos meridianos de Paris e do Tratado de Tordesilhas. Assim, a renovação cultural cartográfica ganha “pleno impulso” (CORTESÃO, 1987, p. 16) com a criação da Academia Real de História Portuguesa por D. João V, em 1720. A Coroa Espanhola, por sua vez, acusava a Portuguesa de desrespeitar consecutivamente os limites traçados pelo referido tratado, de modo que diplomatas europeus estavam elaborando novos princípios de apropriação jurídica dos territórios ultramarinos, baseados no direito de posse de fato do território². Assim, para municiar os diplomatas nas negociações internacionais, D. João V deu alguma atenção à preocupação com a defesa do patrimônio ultramarino, convocando, frequentemente, os homens letrados da recém criada Academia Real de História Portuguesa (KANTOR, 2007).

Nas colônia americana, o aldeamento indígena desenvolvido pelos jesuítas espanhóis, apresentava como característica fundamental a ligação dos nativos à terra e a sua fixação num espaço perfeitamente identificado. Por outro lado, o bandeirismo paulista na área portuguesa era itinerante e expansionista. O confronto destes dois sistemas permitiu o avanço dos homens oriundos de São Paulo em direção ao território entendido como espanhol. Portanto, a assinatura do “Tratado de Limites de

² Uma nova concepção de soberania foi articulada com os territórios espacialmente definidos. Nesse sentido, desde a Paz de Westfália (1648), os mapas tornaram-se testemunhos do *uti possidetis*, ou seja, do domínio efetivo do território em detrimento do direito nominal (KANTOR, 2007).

seus Domínios na América”, ou Tratado de Madrid, assinado no ano de 1750, buscava pôr fim a tais conflitos de soberania, definindo o envio de expedições compostas por homens ilustrados, seus livros e instrumentos de medição à região Norte³ e à região Meridional do Rio da Prata, iniciando por Castilhos Grandes, atual Uruguai. Essas viagens científicas, chamadas “Partidas de Limites”⁴ visavam percorrer a linha divisória do território a ser dominado, colocando marcos físicos ou estabelecendo marcos naturais em pontos estratégicos, além de elaborar mapas confiáveis. Nesse sentido, indígenas com notório conhecimento geográfico da região também foram agregados à essas comissões para atuar em diferentes áreas, como tradutores, intérpretes, guias pelo terreno e, como veremos a seguir, conformadores do conhecimento geográfico dessas comissões. Vanice Melo (2010) distingue rigorosamente os conceitos de espaço e território, ressaltando que não se tratam de categorias equivalentes. Em diálogo com Claude Raffestin (2009, p. 26, *apud* Melo, 2010), assinala que o espaço antecede o território, pois este último emerge da apropriação e da ação social sobre o espaço, constituindo-se como produto histórico e político de relações humanas. Assim, o território não possui existência natural ou pré-dada, sendo continuamente produzido por dinâmicas de desterritorialização e reterritorialização, constituindo um “campo de forças”, nas quais a imposição da territorialidade portuguesa e a negação dos territórios indígenas expressam processos de dominação, reconfiguração espacial e resistência (Melo, 2010, p. 27-28).

Nesse contexto, para a América Meridional, foram enviadas três Partidas de Limites e cada uma delas produziria um diário de campo. A Primeira se iniciava, como dito anteriormente, em Castillos Grandes e percorria as nascentes dos rios da lagoa Mirim, passando pelas cabeceiras do rio Negro e ingressando na principal nascente do Ibicuí, percorrendo o seu canal principal até a sua foz, no rio Uruguai. Deste ponto, a Segunda Partida, demarcava a linha do rio Uruguai, seguindo o curso d’água em direção à sua foz. Ingressava no rio Peperi-guaçu, localizava a nascente do rio Santo Antônio, prosseguindo pelo seu canal até o Iguaçu e, deste, findava no Salto Grande (Sete Quedas), início da demarcação de responsabilidade da Terceira Partida. Ou seja, cabia à Segunda Partida fixar a principal divisão missioneira separando os Sete Povos das Missões dos demais (FARIAS, 2015; GOLIN, 2011).

³ Ver DOMINGUES, 2000 e BUENO, B. P. S.; CABRAL, P. H.; CARVALHO, M. R. C., 2020.

⁴ O termo “Partida” significa equipe de caráter militar ou tropa de soldados. No caso específico das viagens demarcatórias, eram compostas e chefiadas por homens cientistas de caráter militar e também incluíam capelão, cirurgião, guias locais, etc. (FARIAS, 2015).

Além disso, ainda que de modo secundário, os termos do Tratado de Madrid dispunham sobre o recolhimento de informações acerca das regiões percorridas *in loco*, visando o “avanço” das ciências, numa perspectiva moderna de conhecimento científico: enciclopédico e universalista (CHARTIER, 1997). Nesse sentido, o artigo nº 25 do referido tratado prescrevia:

que os comissários geógrafos e mais pessoas inteligentes de cada tropa vão apontando os rumos e distâncias da derrota, as qualidades naturais do país, os habitantes e seus costumes, os animais, plantas, frutos e outras produções; os rios, lagoas, montes, e outras circunstancias dignas de notícia, **pondo nomes de comum acordo aos que o não tiverem, para que venham declarados nos mapas com toda a distinção**, e procurarão que o seu trabalho, não só seja exato pelo que toca à demarcação da raia (linha) e geografia do país, mas também **proveitoso pelo que respeita ao adiantamento das Ciências, História Natural e as observações Físicas e Astronômicas**⁵. (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 18). [Grifos nossos]

Ressaltamos o destaque dado pelo artigo 25 do tratado à necessidade de se nomear locais mapeados e que estes fossem expressamente declarados nos mapas confeccionados “com toda a distinção”, apontando para o processo de ocupação efetiva do território e visando à consagração do direito de posse efetivo da terra. Conforme Kantor (2009) demonstra, por parte da Coroa Portuguesa, os demarcadores foram instruídos a renomear povoações e acidentes geográficos de modo a erradicar os nomes espanhóis e consagrar o *uti possidetis* lusitano. Quanto às informações a serem recolhidas para “avanço” da ciência, manifesta-se a mentalidade dos “homens ilustrados” luso-brasileiros, na virada do setecentos para o oitocentos, conforme o trabalho seminal de Maria Odila L. da Silva Dias (1969), demonstrando uma vinculação de pensamento às correntes utilitaristas. Segundo a historiadora, a escolha dos temas e das correntes de pensamento a serem seguidos privilegiou o lado prático da ciência e da filosofia, notadamente voltado ao interesse econômico das Coroas Ibéricas, em detrimento de vertentes político-administrativas. Isso se reflete nas parcas informações destinadas a retratar a diversidade das populações nativas e suas contribuições para o conhecimento científico em geral, ou especificamente o geográfico, ao longo dos diários das expedições.

Assim, as viagens demarcatórias iniciadas em 1751, foram interrompidas em 1753, pelas Guerras Guaraníticas, em razão do acordo realizado entre as Coroas Ibéricas para realizar a transferência dos Sete Povos das Missões para os domínios portugueses. Em linhas gerais, houve resistência dos jesuítas e oposição indígena contra a entrega das Missões da banda oriental do rio

⁵ Por questões de acessibilidade do texto, optou-se pela transcrição desse e de outros trechos dos documentos originais de forma adaptada ao português contemporâneo.

Uruguai, devido à baixa indenização pelos territórios e a expulsão de trinta mil índios, o que passou a ser considerado como “clara infração do direito natural” (COUTO, 2009, p. 15 *apud* GOLIN, 2011 p.5). A partir do encerramento dos conflitos com vitória dos europeus e pondo-se um fim à questão diplomática, deu-se prosseguimento à Segunda Partida de Limites, pausada por longos seis anos.

Epistemologias em disputa e agência indígena nas demarcações de fronteiras coloniais

Feita essa breve contextualização do período histórico abordado, propomos com o presente artigo uma releitura crítica desses processos de demarcação. A partir da análise de fontes iconográficas, cartográficas, manuscritas e impressas, produzidas pelas comissões luso-espanholas, iremos enfatizar a atuação indígena e sua agência na produção e transmissão de saberes geográficos. Parte-se do pressuposto de que os conhecimentos locais, oriundos de uma longa experiência territorial, também foram fundamentais para o sucesso das expedições e para a construção das fronteiras coloniais, de acordo com interesses de grupos indígenas, conforme a colonialidade se colocava. Aníbal Quijano (2009, p. 75) questiona a ideia de que a Europa do séc. XVIII, já era antes um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, de modo que o próprio Iluminismo e eurocentrismo estariam, ao mesmo tempo, se construindo e elaborando, por sua conta, um conceito de “*humanidade* segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores”. Essa perspectiva histórica foi difundida e estabelecida como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder (QUIJANO, 2005), de modo que os saberes nativos foram frequentemente apropriados sem reconhecimento ou sistematicamente silenciados nos relatos oficiais.

A diversidade de fontes decorre tanto do desafio colocado pelo tema quanto, sobretudo, da ausência de fontes primárias produzidas (ou preservadas) pelos próprios povos indígenas estudados. Assim, buscou-se identificar indícios dos saberes indígenas apropriados e invisibilizados no processo de construção do conhecimento geográfico, além da circulação desses saberes no contexto histórico estudado. Para tanto, realizou-se um levantamento e a identificação de documentos na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e Brasileira Digital USP, nas sessões de manuscritos e cartografia, chegando-se à *Colleção de Notícias para a História e Geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhes são vizinhas, Tomo VII, Academia Real das Sciencias, Lisboa: Typografia da Academia, 1841*

(*Collecção, 1841*) *Brasiliiana Digital USP*, impressão dos manuscritos do *Diario das três partidas de demarcação da América* (1759), BNDigital. A “Collecção de Notícias”, portanto, compila os três diários elaborados em campo pelos “homens de ciência”, no decorrer das viagens demarcatórias impostas pelo Tratado de Madrid.

A investigação está ancorada, ainda, em um diálogo entre a História da Ciência e a História Indígena, articulando conceitos como “ciência nômade” (DELEUZE; GUATTARI, 2012), circulação de saberes (RAJ, 2017) e agência indígena (MONTEIRO; BOCCARA, 2001). Utilizando do aporte teórico de correntes pós-estruturalista, mobilizaremos conceitos de autores decoloniais e pós-coloniais, como Aníbal Quijano (1992; 2005 e 2009) e Gayatri Spivak (2003), bem como do acercamento entre História e Antropologia, característico da transição de uma historiografia social para uma perspectiva mais cultural da História (HUNT, 1992). Pretende-se, assim, contribuir para a compreensão da ciência colonial como resultado de intercâmbios desiguais, mas não unilaterais, em que os povos nativos desempenharam papéis ativos e complexos.

No contexto dessas viagens demarcatórias, registros oficiais foram feitos nos diários das “Partidas de Limites”, nos quais os engenheiros, astrônomos e cartógrafos se depararam com dificuldades de identificar, no terreno, certos locais indicados nos mapas até então confeccionados a partir de relatos de viajantes (GESTEIRA, 2017). Verifica-se, da análise a contrapelo desses documentos, que esses deslocamentos foram marcados por constante circulação de conhecimento e cooperação entre indígenas e viajantes. Nesse sentido, as interlocuções com as populações nativas foram importantes para a consolidação do conhecimento geográfico e político nos confins da América portuguesa, de modo que esses encontros e saberes são cristalizados em um conhecimento científico sem o devido reconhecimento da parcela dos homens nativos que compuseram não somente as “Partidas de Limites”, mas também informações trocadas com povos que habitavam as regiões disputadas pelos europeus. Os dados geográficos coletados junto a essas populações certamente ajudaram a conformar o território colonial.

A partir da identificação de passagens específicas nos diários das “Partidas de Limites”, com destaque para figuras como Francisco Xavier Arirapi, busca-se evidenciar a presença indígena, ainda que nos bastidores da ciência de fronteira. Além disso, propõe-se discutir os mecanismos de invisibilização desses saberes e as disputas simbólicas em torno da legitimidade do conhecimento nativo. Com isso, o artigo tensiona interpretações que atribuem exclusivamente aos agentes europeus

o mérito pela conformação territorial colonial, enfatizando a dimensão da produção do conhecimento geográfico no século XVIII em situação de encontro colonial.

A atuação indígena nas “Partidas de Limites” não pode ser compreendida sem considerar os debates historiográficos mais recentes sobre a construção do conhecimento em contextos coloniais. A abordagem aqui adotada se ancora em uma crítica à narrativa que confina os saberes indígenas à oralidade ou ao empírico, desqualificando-os frente à racionalidade científica europeia. Em vez disso, articula-se uma leitura que compreende os processos de produção de conhecimento como encontros entre saberes e práticas mediados por relações de poder, mas também por negociação e agência. Para Kapil Raj (2007), a partir da perspectiva da História da Ciência, a ciência é o resultado de “circulações” e não uma dádiva unidirecional do Norte para o Sul, permitindo-nos identificar nos contextos de demarcação fronteiriça práticas de co-produção do saber geográfico. O autor argumenta que a ciência moderna, tal como se estabeleceu, dependeu da interação com sujeitos locais, cujos conhecimentos foram sistematicamente apropriados e reorganizados conforme os interesses imperiais. Essa perspectiva ajuda a reposicionar o papel dos indígenas nas expedições de limites, não como auxiliares marginais, mas como partícipes ativos de uma ciência situada.

O conceito de “ciência nômade”, proposto por Deleuze e Guattari (2012), oferece outra chave analítica. A oposição entre “ciência nômade” e “ciência de Estado” permite distinguir entre saberes inscritos em práticas relacionais, territoriais e situadas, e saberes formalizados por instituições, protocolos e linguagens abstratas. Os indígenas operavam no contexto americano, em muitos casos, com uma racionalidade profundamente conectada à geografia, à experiência dos rios, das matas, das serras, racionalidade essa que, embora marginalizada pelos comissários europeus, era imprescindível para a realização das missões técnicas de demarcação. A partir das fronteiras entre o que os autores denominam de “ciência nômade”, em contraposição, e em uma permanente negociação, com a “ciência de Estado”, “que só retém da ciência nômade aquilo de que pode apropriar-se, e do resto faz um conjunto de receitas estritamente limitadas, sem estatuto verdadeiramente científico, ou simplesmente o reprime e o proíbe” (Deleuze, 2012, p.28), podemos refletir sobre esse período de conformações de territórios entre duas nações europeias sobre um território que já possuía outras fronteiras geográficas e sociais, estabelecidas pelos povos nativos, mas que estavam em constante movimentação.

Gayatri C. Spivak (2003), por outro lado, questiona a posição do intelectual pós-colonial na tentativa de “falar pelo” subalterno, o que frequentemente reproduz a violência epistêmica ao ostentá-

lo num lugar de objeto, apropriando-se de sua voz, sob o pretexto de emancipação. Assim, a autora manifesta sua crítica afirmando que o intelectual deve trabalhar “contra” a subalternidade, criando “espaços e condições para que o subalterno possa se articular e ser ouvido” (SPIVAK, 2003, p. 17). Se Spivak (2003) questiona a possibilidade de o subalterno falar fora das estruturas discursivas hegemônicas, Lugones (2014) avança ao propor epistemologias fronteiriças que desafiam a própria lógica binária eurocêntrica. Assim, a ética descolonial demanda reconhecer que o subalterno não é um “outro” a ser traduzido, mas um sujeito cuja fala é sistematicamente interceptada pelas mesmas estruturas que a teoria busca desconstruir. A tarefa, portanto, não é representar o subalterno, mas criar condições para que sua enunciação escape à lógica hegemônica, um desafio que demanda a desestabilização contínua do lugar de fala do próprio intelectual. Nesse sentido, o que Lugones (2014) chama de reconstrução ativa de ontologias plurais, é resgatar formas de conhecimento que desafiam a racionalidade ocidental moderna.

Nesse sentido, também a História Indígena vem propondo que se ultrapasse a visão dos povos nativos como vítimas ou obstáculos à colonização (MONTEIRO, 2001; BOCCARA, 2001). Em vez disso, valoriza-se sua capacidade de ação, sua agência estratégica diante dos impérios ibéricos, inclusive no interior de instituições como as missões, os exércitos e as próprias “Partidas de Limites”. A presença de figuras como Francisco Xavier Arirapi, ou dos chamados “índios Montezes”, evidencia essa agência, muitas vezes invisibilizada nos documentos, mas recuperável mediante leitura crítica, que a seguir abordaremos.

Outrossim, é notória a relevância das investigações sobre as relações entre os povos nativos e cientistas, considerando-se também a circulação dos saberes locais para o projeto de conformação do território colonial e de que forma aportaram conhecimento enquanto partícipes das negociações e demarcações de fronteiras. Considerados por tanto tempo como povos sem história, não é essa, porém, a visão que emerge da leitura das fontes acima mencionadas com a intenção e o olhar voltado ao protagonismo indígena. Na América meridional, os Guanána, Minuanes, Tapes, Caribes, Guayánas, Guaraniz, Itapuás, Payaguays, Montezes, Bayáz e, posteriormente, o “povo da Cruz”, como também eram conhecidos os indígenas missioneiros, somente para mencionar os povos encontrados em nossa reduzida pesquisa, mantinham relações complexas entre si, que independiam da nova conformação a que o território vinha tomando com a presença dos europeus.

Também partimos da Etno-História, que se traduz num acercamento entre a História e a Antropologia, um termo que vem sendo utilizado desde o início do século XX, que busca interpretar as culturas a partir de sua conjuntura posta e não tentando criar estruturas fixas e regras universais (GEERTZ, 1997), mas que mais recentemente tem sido amplamente adotada pelos historiadores, voltados para uma nova História Cultural (HUNT, 1992) e vem se firmando enquanto proposição teórica para possibilitar a elaboração de uma História Indígena a partir de dados etnográficos coletados e também pela maior presença de indígenas repensando a própria História.

Maria Regina Celestino de Almeida (2010) também aponta para um acercamento recente entre História e a Antropologia, já que o estudo das relações culturais de povos não ocidentais era assunto reservado aos antropólogos. Bem assim, os processos históricos por eles vividos não eram de interesse dos historiadores, que enxergavam esses povos num plano sincrônico e essencialista, ou seja, imutável. A autora argumenta que as classificações étnicas são objeto de disputa até os dias atuais, mas que se iniciam no século XVIII, com “disputas políticas em torno de classificações étnicas para assegurar ou não direitos indígenas concedidos pela legislação” (ALMEIDA, 2010, p. 20). Os índios, portanto, passam a ser vistos como agentes ativos desses processos, incorporam elementos da cultura ocidental, dando a eles significados próprios e utilizando-os para a obtenção de possíveis ganhos nas novas situações em que vivem. Os europeus, por sua vez, também não constituem uma massa amorfa, de modo que as interações eram as mais diversas, não havendo referencial a se seguir quando todos se relacionavam, interagiam e se modificavam considerando o contexto do século XVIII (ALMEIDA, 2010, p. 22). A Etno-História, ainda, caminhou para se consolidar como um método que congrega, além da Antropologia e da História, outras disciplinas, como a Arqueologia e a Linguística, por exemplo. Segundo Thiago Cavalcante (2011), pode-se perceber um consenso tácito entre especialistas que consideram a Etno-História como uma metodologia que se utiliza principalmente de evidências documentais e tradições orais para estudar as transformações nas culturas das sociedades sem escrita da América, sobretudo para o período posterior ao processo de conquista europeia.

A articulação desses referenciais permite compreender as “Partidas de Limites” enquanto espaços de circulação de saberes, de embate, mas também de tradução e de composição entre formas distintas de conhecer e representar o mundo, segundo a História Indígena. Ao investigar a presença indígena nesses processos, o artigo propõe repensar os fundamentos epistemológicos da ciência moderna em contextos de colonialidade, posto que “a repressão incidiu, sobretudo, sobre as formas

de conhecer, de produzir conhecimento (...) e seguiu-se a imposição do uso dos próprios padrões de expressão do grupo dominante”, convertendo a cultura europeia sedutoramente numa forma de acesso ao poder (QUIJANO, 1992, p.12 -3).

O caso de Francisco Xavier Arirapi, o “índio vaquiano”.

Era o 1º dia de fevereiro de 1759. Ainda não havia saído a última balsa espanhola, quando a balsa portuguesa com seu geógrafo emborcou e virou, dando prenúncios do que viria a ser a expedição da Segunda Partida de Limites, encarregada de realizar a principal demarcação e fixar a divisão missioneira, interrompida pela guerra em 1753.

Foram dias de tempestades, fortes correntezas enfrentadas pelas embarcações, perda de víveres, caminhadas extenuantes abrindo a mata a pé com facão e em constante confronto com indígenas, muitos deles que, ao se defrontarem com os fuzis portugueses, “não faziam caso algum, como quem ignorava que arma fosse e o estrago que fazia. (...) falaram numa linguagem que tinha mais semelhança ao idioma dos perros, que ao idioma humano” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p 154). Eram da nação Guananá, pertencentes aos diversos ramos de cacicados existentes na região sul do país e da qual os missioneiros e tradutores Guaranis ignoravam a língua. Além deles, desviavam-se dos índios Caribes, o que deixou toda a tropa fatigada. Seguiram sendo guiados pelos indígenas práticos, que, segundo o Diário da Segunda Partida de Demarcação, possuíam seus próprios mapas:

Dia 4. Levou a vanguarda a partida espanhola e se começou a navegar ao amanhecer. E como a 300 toezas do extremo oriental da última ilha, na direção de S.E. um quarto E.; **demora pela banda Meridional a boca do rio Itapuã, que segundo a notícia dos índios e configuração que dão em seus mapas, tem sua origem na serra contigua ao povo de S. Ângelo**, e correndo quase ao Ocidente em diferentes pequenas voltas, que forma um serpentado de caducêo, desagua o Uruguay por uma abra, que deixam dois montes pequenos e elevados. (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 179) [grifos nossos].

Artur Barcelos (2010), reflete sobre a ausência de materialidade do saber geográfico indígena, já que suas representações podem ter sido constantemente realizadas em bases perecíveis como a terra, peles de animais e madeira. Sendo assim, muito do conhecimento dos nativos pode se refletir em cartografia elaborada pelos cientistas europeus, após suas viagens de campo, já em solo ibérico. Mais referências aos mapas indígenas são identificadas em outras fontes textuais, porém, tais mapas, em sua

maioria, não resistiram aos dias atuais. Monteiro (2000) também aponta o fascínio indígena pela escrita, ponderando que a falta de tinta e papel não lhes impedia de aprender com os padres missionários e fazer seus próprios registros das letras na areia ou produzir material a partir de carvão e ervas.

De todo modo, chegando ao 23º dia da viagem, Francisco Xavier Arirapi, Sargento de seu povo São Xavier, era o único prático indígena da Partida Portuguesa que já havia feito a mesma viagem, anteriormente, até o local chamado “A Espia”, algo comum para as pessoas de seu povo, para que não fossem surpreendidos pelos assaltos dos Paulistas, a quem primeiro estavam expostos (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 169). Foi também chamado, no Diário, de “índio vaquiano”, informando o redator do documento que “dão estes nomes aos práticos do país, seja por água, seja por terra” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 157). Verifica-se, portanto, que, mesmo sabendo seu nome, ainda foi reiteradamente representado no discurso colonial pela alcunha dada aos guias locais. Um século mais tarde seria consagrado na literatura local sul-rio-grandense como um “tipo” sulista clássico. Em *O Vaqueano* (1872), de Apolinário Porto Alegre, o sujeito vaqueano era uma pessoa mestiça, que vivia nos campos de vacaria manejando gado (MOREIRA, 1989).

Segundo Carvalho (2014, p. 365 – 66), era necessário contar com a colaboração de sujeitos “práticos”, que dominassem esse saber indiciário, atento aos detalhes, próprio dos indígenas, nas aberturas de roteiros, explorações de rios, contatos com povos, pesquisas de minerais, etc. É nesse momento que a persuasão colonial se aplica, com vantagens oferecidas a fim de animá-los a realizarem tais explorações, impondo mobilizar dispositivos propriamente simbólicos de atração, de modo a fazer esses indivíduos desejarem alcançar crédito em relação ao poder central para requerer honras, mercês, privilégios e benefícios. Seu nome evidenciava ainda, talvez mais do que o fato de estar na presença dos portugueses, sua aliança com estes. Como sugere Kantor (2009), o aportuguesamento dos sobrenomes indígenas decorreu de um projeto colonizador de transformação dos índios aliados em súditos da Coroa. E é dentro desse projeto colonizador que John Monteiro (2000) pondera as novas configurações étnicas e sociopolíticas articuladas, pelos indígenas, seja como aliados ou inimigos dentro de uma rivalidade “intra-européia”, mostrando-se uma importante estratégia para vários grupos que buscaram, paradoxalmente, resguardar a sua autonomia.

Importante salientar que as informações passadas pelos índios práticos, ou vaquianos, conformavam caminhos, conhecimentos botânicos, geográficos, linguísticos e sociais, o que se percebe ao longo da leitura de toda a extensão da fonte. No trecho: “reconheceu-se uma trilha, que se

encaminhava a uns ranchos desamparados, e detrás de um pequeno monte, se avistou fogo que disseram os índios das missões ser dos Caribes” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 163), extraído do diário da Segunda Partida, o reconhecimento de inimigos lhes fornecia informação estratégica do ponto de vista militar, para o avanço pelo espaço sem enfrentamento direto.

Como argumenta Almeida (2010), receber os colonizadores de forma cordial e oferecer-lhes cooperação não se tratava de ingenuidade, mas de uma característica cultural, especialmente em meio aos Tupis. Já outros grupos se apresentaram bastante hostis à presença de estrangeiros, como os Aimorés. Os Minuanos, por sua vez, operavam como agentes autônomos na fronteira, e sua lealdade era fluida, ditada pela necessidade econômica e pela preservação de seu poder, o que significava que eles podiam ser parceiros comerciais dos portugueses num momento e assinar um tratado com os espanhóis no outro (ERBIG JR., 2020; GARCIA, 2007).

Segundo Monteiro,

é, certamente, um avanço para a historiografia brasileira reconhecer as lideranças indígenas enquanto sujeitos capazes de traçar a sua própria história. No entanto, é necessário considerar que as escolhas pós-contato sempre foram condicionadas por uma série de fatores postos em marcha com a chegada e expansão dos europeus em terras americanas. A catástrofe demográfica que se abateu sobre as sociedades nativas, estreitamente ligada às estratégias militares, evangelizadoras e econômicas dos europeus, deixou um quadro desesperador de sociedades fragmentadas, imbricadas numa trama colonial cada vez mais envolvente. Diante de condições crescentemente desfavoráveis, as lideranças nativas esboçavam respostas das mais variadas, freqüentemente lançando mão de instrumentos introduzidos pelos colonizadores. A resistência, neste sentido, não se limitava ao apego ferrenho às tradições pré-coloniais mas, antes, ganhava força e sentido com a abertura para a inovação (2000, p. 57).

A participação de Francisco Xavier Arirapi, na definição do curso do rio Pepiri-Guaçu⁶ é um dos momentos em que o saber indígena é explicitamente reconhecido pelas autoridades coloniais. O trecho em que Arirapi intervém descreve um impasse técnico entre os comissários portugueses e espanhóis, diante da ausência de confirmação geográfica por instrumentos ou mapas anteriores. Em outras palavras, as Partidas de Limites Portuguesa e Espanhola só dispunham de um mapa amplo e geral, chamado “Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América

⁶ Os jesuítas mantiveram denominações tupi-guarani para rios e feições geográficas no extremo oeste catarinense em mapas dos séculos XVII e XVIII, mas com variações de grafia ao longo do tempo. Exemplos incluem o rio Uruguai, registrado como “Ruruguay”, e o rio Peperi-Guaçu, grafado como “Rio Piquiri”, “Pequiri”, “Pepiti” ou “Pipiry” (Furlong, 1936, *apud* Bocalon e Otsuschi, 2020).

Meridional”, de 1749, acervo da *Fundação Biblioteca Nacional—Brasil*, que não havia sido feito *in loco*, mas a partir de uma série de outros mapas elaborados pelos padres jesuítas e relatos de viajantes, razão pela qual os comissários e cientistas encarregados da demarcação das fronteiras o levaram à campo para ser utilizado e atualizado durante as demarcações. Apesar de os mapas portugueses mencionarem o rio Peperi-Guaçu somente a partir do Mapa das Cortes, de 1749, “o contrário é observado nos mapas produzidos pelos jesuítas, visto serem eles os que efetivamente peregrinaram pelas terras hoje consideradas porções fronteiriças entre Brasil e Argentina.” (BOCALON, OTSUSCHI, 2020).

Imagem 1: Mapas das Cortes, ou Mapa dos Confins do Brazil com as terras da Coroa de Espanha na América Meridional, de 1749, Acervo da Fundação Biblioteca Nacional—Brasil.



Fonte: **MAPA dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional...** 1749. 1 mapa ms, col, 60 x 54cm. em f. 70 x 64. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf. Acesso em: 9 Aug. 2024.

O próprio Mapa das Cortes, no detalhe abaixo, gravou o Peperi-Guaçu como “Rio Pequeri” e traçou uma linha vermelha apontando, em nota explicativa, no verso do mapa, para o local a ser conferido geograficamente por equipes de ambas as Cortes:

Imagem 2: Detalhe: “Rio Pequeri”, e traçado com baixa sinuosidade, situado entre os rios Yriboba e Uruguay Pita.



Fonte: **MAPA dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional...** 1749. 1 mapa ms, col, 60 x 54cm. em f. 70 x 64. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf. Acesso em: 9 Aug. 2024

Assim, o Rio Peperi-Guaçu, situado entre os rios Yriboba e Uruguay Pita e traçado com baixa sinuosidade, de sua nascente até o curso médio, apresenta direção nordeste-sudoeste. A partir do curso médio, até desembocar no rio Uruguai, possui direção norte-sul. Porém, naquela situação de demarcação, ambas comissões se depararam com um grande salto de um rio (queda d’água), o que impedia a passagem das canoas que realizavam a demarcação do referido rio. Entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 1759, alguns oficiais de ambas as “Partidas de Limites” acompanharam uma canoa

pequena até o mais próximo da grande queda e não acharam o rio que pudessem seguir com a navegação,

nesta incerteza, se chamou o Vaquiano e, perguntado de novo, ratificou que havia passado por outro lado, estando crescido o rio e com canoas pequenas, o que faltava naquelas circunstâncias. Resolveram, os comissários, que os dois geógrafos fossem pela banda oriental levando o plano (o mapa) e que pela ocidental fossem, em canoas mais ligeiras, o astrônomo espanhol e o capitão de aventureiros, a examinar se por ela se poderia lograr o intento de passá-las (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 171).

No dia seguinte, retornaram os geógrafos, confirmando a impossibilidade de seguir. Já os astrônomos viram a possibilidade de se seguir pela banda ocidental, chegando as canoas até um pouco abaixo da primeira queda de águas que dali suspensas, poderiam ser arrastadas até entrarem novamente no rio. Sendo assim, seguiram somente quarenta pessoas de cada Coroa, entre soldados e indígenas, os mais fortes, distribuídos em nove canoas com suprimentos para um mês, além dos instrumentos de observação, um quarto de círculo, que exigia o maior cuidado e delicadeza no seu manejar. De todo modo, necessitavam prosseguir em direção ao rio Pepiri, ou Pequiri, um dos principais pontos da linha de limites. No dia 05 de março, chegaram à boca de um rio, o qual disse Francisco Arirapi que era o Pepiri.

Os comissários o fizeram vir à sua presença e juntos os demais oficiais das duas nações, se lhes perguntou que rio era aquele? respondeu de novo que era o Pepiri e que com este nome o havia conhecido na viagem que alguns anos antes fez com os do seu povo, ao lugar que chamavam a Espia. Neste tempo trazia o dito rio tão pouca água que mostrava dar muito curta navegação e sabendo-se por outras notícias que o Pepiri tinha um arrecife perto de sua boca, foram os comissários e astrônomo de Portugal reconhecê-lo, e se achou a meia légua dela. Sem embargo disto, vendo que não se havia chegado à latitude em que o mapa das cortes situa o Pepiri e que tão pouco se conformava a posição daquele em que nos achávamos, que estava antes do Urugay-puyá, que deságua pela banda oposta, quando naquele se figura depois; para ratificar este mapa e depor qualquer gênero de dúvida que contra o testemunho do Vaquiano podia suscitar, o qual era só (ainda que também era ele o único não só entre os presentes, mas também em todos os povos de missões, que o pudesse dar por não haver ficado já outro índio que houvesse navegado acima do salto), e que podia estar trascordado por haver passado bastantes anos, depois que o andou uma só vez, resolverão os dois comissários ir ao seguinte dia rio acima, e que se levantasse o plano (mapa) desta parte, para que a confrontação das notícias que dava de antemão dos rios Apitereby, e Urngay-pútá até onde dizia haver chegado, com a verdadeira situação deles nos assegurasse do seu conhecimento e prática. (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 181 - 82).

Surge, então, a dúvida quanto à latitude do rio em relação ao mapa das cortes, porém, o único que ali já havia navegado era Francisco Araripi e depender do conhecimento exclusivo de um único

índio prático poderia gerar uma série de questionamentos sobre a fidedignidade da linha de limites (FARIAS, 2015). Sendo assim, o comissário espanhol determinou que se realizasse diligência para que os geógrafos fizessem medições de latitude e longitude, com receio de que não se tratasse do rio Pepiri, conforme havia informado Francisco Xavier Arirapi, a uma porque não se acomodava à latitude e posição que correspondia no mapa e a duas porque, depois de tantos anos, o índio Vaquiano poderia ter-se esquecido dos terrenos e rios que havia informado à comissão em 1757.

Entretanto, Francisco Xavier Arirapi não só deu certeza, como também corroborou seus conhecimentos geográficos com instruções precisas da localização do rio Pepiri, “ao qual se chegaria no mesmo dia que se saísse do salto grande do Uruguay, o que também havia repetido várias vezes no curso da viagem” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 185), fora isso, relatou o geógrafo, sua verdade se achava também comprovada em “outros mapas impressos e com alguns manuscritos feitos pelos índios, no tempo que navegavam por esta parte, nos quais põem o Uruguay-pitá depois do Pepiri” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 186).

Certo é que as comissões de astrônomos e geógrafos concordaram que não restavam mais dúvidas de que se tratava mesmo do rio Pepiri, que sempre teve águas consideráveis para navegação, ainda que, naquele momento específico, se encontrassem escassas também no rio Uruguay. Deram por fim a diligência e retornaram ao acampamento. E assim, entre os dias 8 a 14 de março, firmaram o ato de reconhecimento, sendo unânime o parecer dos astrônomos, geógrafos e demais oficiais de Portugal e Espanha, mas também levando-se em conta a asseveração do índio Vaquiano, Francisco Xavier Arirapi:

Os comissários da segunda partida de demarcação, José Fernandes Pinto Alpoim por parte de S. M. F., e D. Francisco Arguedas, por S. M. C., ouvido o parecer unânime dos astrônomos, geógrafos e oficiais das duas nações, que por força das razões expostas na junta antecedente, e da asseveração do índio Vaquiano, Francisco Xavier Arirapi, sargento do seu povo de S. Xavier, cujos conhecimentos e notícias destes rios se comprovou com a conformidade que se achou entre as que deles dava, e sua verdadeira situação, disseram não lhes ficava a menor dúvida de que era o Pepiri, o rio que o dito Vaquiano assinalava, e em cuja boca estavam acampadas as duas partidas. Declaramos que reconhecemos este pelo rio Pepiri determinado no artigo quinto do tratado dos limites, por fronteira dos domínios de Suas Majestades F. e C., e em sua consequência, que a demarcação começada em povo de S. Xavier, e seguido águas acima do Uruguay até a boca deste (...) e para que em todo o tempo conste este ato de reconhecimento, e lindeiro da divisão de termos fizemos a seguinte declaração, firmada por todos acima referidos. Boca do rio Pepiri, 8 de Março de 1759. (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 186)

A importância atribuída a Arirapi reflete um reconhecimento episódico, mas significativo, da capacidade de domínio territorial indígena que, como vimos, é identificada nesta e em diversas outras fontes do período e extrapola o conhecimento científico, operando por uma lógica diferente da europeia, mas que ainda assim, conformava territórios e fronteiras.

Ao nomear explicitamente o indígena e ao registrar sua contribuição como decisiva, a fonte rompe parcialmente com a tendência de anonimato e generalização que marca outras menções aos povos nativos. Nesse sentido, o episódio serve como chave interpretativa para pensar a agência indígena não apenas como resistência, mas como atuação intelectual e técnica em processos formais de produção de conhecimento geográfico e político.

Fronteiras coloniais e fronteiras indígenas: disputas de saber e território

A leitura atenta dos diários e mapas elaborados durante as “Partidas de Limites” revela uma diversidade de situações em que o conhecimento indígena foi mobilizado, tanto de forma direta quanto indireta, para a definição das fronteiras entre os domínios portugueses e espanhóis. Os relatos contêm inúmeras passagens em que os indígenas são acionados como guias, intérpretes, informantes e navegadores, sendo sua atuação decisiva para a travessia de territórios inóspitos, a identificação de rios e a localização de marcos geográficos.

Noutro trecho dos mesmos diários (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 538 e 539), que se passa ao final da Terceira Partida de demarcação, verifica-se a investida de geógrafos e astrônomos pelo terreno, tendo andado três dias sem achar o curso do Rio Aguarahy, que por ele saíam ao Rio Paraguay. Enfrentaram toda a sorte de problemas até que viram rastro de índios Montezes e reconheceram que não estavam longe de alguma toldaria. Com grande cuidado e maior desejo de informar-se do que precisavam naquele “labirinto”, conseguiram falar de longe a quatro índios, assegurando-se que esses não lhes fariam mal. Falaram em língua Guaraní e assim “se aproveitaram da ocasião perguntando-lhes por modos diferentes, à parte, e com grandíssima reserva, tudo quanto lhes pareceu conveniente para conhecer, sem engano, o curso e deságua do rio demarcado” (ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS, 1841, p. 539). Em resposta, informaram os Montezes aos europeus, que o braço de rio mais ao norte se chamava Aguarahy-mini, ou pequeno, e o que navegaram os astrônomos chamava-se Aguarahy-guaçu, ou grande, e que estes dois se juntavam

mais ao poente a boa distância de onde estavam, levando o seu curso sempre por entre penhascos e formando saltos enormes. Depois da sua união seguiram, os rios, do mesmo modo despendendo por outros dois saltos grandes até o fim da serra de Amambay, a cujo pé se lhes juntava um arroio, tornando-se todos os três rios um único chamado Ypane-guaçú, que deságua no Paraguai, em cujas margens estavam agora os seus inimigos: os índios Bayás.

Entretanto, foram surpreendidos com a fuga de três desses Montezes e com o aparecimento de uma enorme tropa disparando flechas, ao que os europeus responderam com armas, resultando na morte de um dos fugitivos e no ferimento de um dos demarcadores. Conseguiram capturar o último indígena fazendo com que este repetisse as informações prestadas diante dos comissários, astrônomos, e geógrafos de modo que estes fizeram memória das informações coletadas com os Montezes, acrescentando que estavam de acordo com as informações colhidas junto aos índios Payaguás, que vivem no Rio Paraguã e que o navegavam e conheciam a boca do rio Ypané-guaçú.

A partir desses casos destacados, verificamos que, dos encontros com indígenas dispostos a compartilhar conjunto de saberes, da apropriação desse conhecimento resultou o conhecimento geográfico exposto em cartografia e documentos oficiais. Desse modo, não só os astrônomos e geógrafos trazidos pelas comissões europeias foram os únicos responsáveis pelas conclusões científicas que possibilitaram a demarcação da localização geográfica do referido rio, mas também muito do conhecimento local e nativo foi utilizado no processo. Por esse motivo, falar da demarcação das fronteiras portuguesa e espanhola é também falar de fronteira indígena. Esses episódios expõem uma contradição estrutural: ao mesmo tempo em que os saberes indígenas foram decisivos para a navegação, orientação territorial e definição dos limites coloniais, tais conhecimentos foram sistematicamente silenciados, apropriados e reduzidos a “informações empíricas” pelas comissões luso-espanholas.

Para Beatriz Bueno (2004), o território não é sinônimo de espaço e tampouco é algo dado pela natureza, enfatizando, sobretudo sua fabricação através de processos de conquista, nomeação, mapeamento e controle. No entanto, os povos nativos aqui representados, possuíam suas próprias fronteiras, numa outra lógica de dominação de território, que não era cartografada. Como destacamos, para os Montezes, nas margens do rio Ypane-guaçú, que deságua no Paraguai, estavam agora os seus inimigos, os índios Bayás, o que nos leva a reflexão de que da leitura dos mapas coloniais, somente se lê a técnica estatal de mensuração e fixação de limites naturais, não se podendo mensurar outras

cosmogonias, saberes e circulações existentes sobre o território. Guillaume Boccara (2001) demonstra que a fronteira deixa de ser apenas um limite geográfico e se torna uma arena de produção simbólica, onde categorias e posições sociais são construídas e negociadas. Nesse sentido, quando o autor afirma que “los dispositivos coloniales crean al salvaje”, evidencia-se que o indígena não é simplesmente encontrado, mas interpretado e moldado como figura política funcional ao projeto colonial. Contudo, essa operação não é unilateral: ao “sacar un feliz provecho de los antagonismos” e circular entre diferentes espaços, os indígenas desempenham papéis ativos na interpretação e na configuração da fronteira, operando dentro e além das classificações coloniais. Em diálogo com a perspectiva da Nova História Cultural (HUNT, 1992) e com a “descrição densa” de Geertz (1997), isso significa reconhecer que práticas, rotas e saberes indígenas funcionam como textos em circulação, dotados de sentidos próprios e capazes de tensionar a narrativa imperial que busca “construir um tempo e um espaço” naturalizados. A fronteira, assim, aparece como espaço de disputa interpretativa e política, em que as gramáticas coloniais tentam ordenar o mundo, mas encontram outras formas de produzir sentido, agir e fazer território.

Como bem aponta Weber citando Hall (1998, p. 149), durante a época moderna, os povos nômades e seminômades não se deixavam controlar facilmente pelas demais sociedades sedentárias ou com grande desenvolvimento estatal. Esses povos nômades, ou infiéis, por sua vez, quando aparecem nos mapas traçados pelos espanhóis, como é o caso do *Mapa de la Gobernacion del Paraguay y de la de Buenos Ayres con la linea divisoria de las tierras de España y Portugal ajustada entre las dos Coronas año 1750 cuya posesion se pretende tomar este año de 1752 (...)*, nos ajudam a entender as fronteiras indígenas e a parca autonomia das Coroas Europeias na região. Os considerados “infiéis” pelos espanhóis, logicamente, aparecem em contraponto aos índios missioneiros ou aliados, que auxiliavam aos demarcadores, ou seja, são povos que, por sua cultura ou ação, decidiram não se aliar a nenhum povo invasor.

Para Eduardo Natalino dos Santos (2023, p. 28), a “hipervalorização das atuações sociopolíticas, dos saberes e das técnicas de matriz europeia, como o emprego das armas de aço, das armas de fogo e dos cavalos e a hipotética sagacidade política excepcional dos conquistadores espanhóis frente à também hipotética ingenuidade atávica dos indígenas”, por parte da historiografia tradicional, tem contribuído para subestimar as redes políticas indígenas pré-coloniais. Como ressalta Garcia (2007), é importante alcançar a visão indígena dentro de sua própria realidade e quais as vantagens almejadas por esses grupos, pois essa representa sua própria agência e sua própria trajetória

em construção dentro de uma sociedade colonial. Sem negar a difícil subjugação sofrida à ordem colonial enfrentada por esses grupos, mas evitando a reiteração de visões sabidamente estereotipadas dos povos indígenas, enquanto ingênuos ou vítimas, destituídos de estratégias ou entendimento sobre as melhores condições possíveis dentro de um contexto no qual se encontravam.

Nos documentos também é recorrente a atribuição de nomes indígenas a rios, serras e pontos de passagem, frequentemente acompanhada de explicações etimológicas. Termos como *Icabacué* (abelhas subterrâneas), *Itapúa Itu* (salto de Itapúa) e *Mbaey* (coisa má), além de nomes de rios como *Mbocay-guasú* (rio das espingardas), sugerem uma cosmografia indígena que contribuiu para a representação do território. Essas toponímias, ainda que registradas pelos europeus, carregam sentidos próprios, enraizados em práticas, memórias e relações cosmológicas com a paisagem, onde acidentes naturais, animais, perigos e passagens são parte de uma cartografia existencial.

A análise revela, portanto, um padrão de apropriação seletiva dos saberes indígenas. Quando úteis ao projeto colonial, esses conhecimentos eram integrados às representações cartográficas ou convertidos em dados empíricos nos relatórios das expedições. No entanto, raramente os indígenas eram identificados nominalmente ou reconhecidos como coautores da produção geográfica. Muitas vezes classificados genericamente como “índios infiéis” ou “guias naturais”, sua contribuição foi diluída sob categorias coloniais que invisibilizavam sua agência individual e coletiva.

Paradoxalmente, os momentos de impasse técnico e desacordo entre os cientistas europeus parecem ser os que mais evidenciam a centralidade do saber indígena. Em situações em que instrumentos de medição falhavam ou mapas pré-existentes geravam contradições, era o conhecimento dos povos locais que resolvia a questão. A valorização episódica desse saber, no entanto, não era suficiente para alterar a estrutura assimétrica das “Partidas de Limites”, que permanecia ancorada em hierarquias coloniais de conhecimento. Como bem ressalta Ângela Domingues (2000), os homens do século XVIII observavam e descreviam as comunidades indígenas a partir da intenção de modificação desses povos e de desprezo e recusa, bem como de condescendência para com suas culturas. Essa assimetria também se manifesta nos mapas produzidos após as expedições. Embora se saiba, por fontes textuais, que muitos mapas foram traçados com base em informações indígenas (BARCELOS, 2010), essas contribuições raramente foram visualmente representadas ou explicitamente creditadas. Assim, a cartografia colonial aparece como espaço de apropriação e apagamento simultâneo.

Desse modo, a análise das “Partidas de Limites” evidencia que a definição das fronteiras coloniais não pode ser compreendida como mero desdobramento da ciência europeia ou da racionalidade estatal. O processo demarcatório, embora estruturado por hierarquias imperiais de conhecimento, dependia de mediações locais, negociações cotidianas e da incorporação seletiva de saberes indígenas. Ao mesmo tempo em que cartógrafos e astrônomos buscavam fixar limites e estabilizar o território conforme a lógica ilustrada do século XVIII, encontravam-se diante de outras formas de conhecer e significar o espaço, baseadas na circulação, na memória e na experiência direta com a paisagem. A fronteira, portanto, emergiu como campo de disputa epistemológica, no qual a ciência colonial procurou afirmar sua autoridade ao mesmo tempo em que se apoiava, muitas vezes silenciosamente, na expertise dos povos nativos. Reconhecer essa dimensão não implica negar as assimetrias de poder que marcaram o empreendimento imperial, mas sim evidenciar que a produção do território não foi exclusivamente europeia: ela também foi atravessada por agentes indígenas, cujos saberes, ainda que frequentemente invisibilizados, foram fundamentais para tornar possível a própria operação colonial.

Conclusão

A análise das fontes cartográficas e narrativas das “Partidas de Limites” entre Portugal e Espanha no século XVIII permite lançar luz sobre a participação ativa dos povos indígenas na conformação territorial da América Meridional. Ao contrário das representações clássicas que os relegam à condição de “informantes” ou “guias”, o estudo revela que esses sujeitos históricos desempenharam papéis fundamentais na construção de um saber geográfico mobilizado pelos agentes coloniais. As contribuições indígenas extrapolaram a função técnica e assumiram caráter epistêmico, sendo determinantes para o sucesso das expedições e para a produção de mapas, descrições e decisões políticas. Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi compreender em que medida se recorreu ao auxílio de “naturaes da terra”, tanto para a realização das viagens demarcatórias, como também para o estabelecimento do conhecimento geográfico da região em disputa.

O caso de Francisco Xavier Arirapi é emblemático dessa atuação. Sua intervenção no reconhecimento do rio Pepiri-Guaçu evidencia uma situação em que a autoridade indígena sobre o território foi reconhecida e valorizada. Diante da controvérsia, foi convocado Francisco Xavier Arirapi, cuja memória e conhecimento prático do território foram capazes de solucionar a questão. Sua

explicação sobre a localização do rio e sua correlação com outros cursos d'água da região foi considerada tão precisa que levou à concordância unânime entre astrônomos, geógrafos e oficiais das duas Coroas, não sem antes se certificarem empiricamente das asseverações. A autoridade conferida à sua fala contrasta com a recorrente invisibilização dos indígenas nas demais partes do diário, evidenciando um caso em que o saber local supera os limites do conhecimento técnico europeu. Sua memória espacial e capacidade de articulação com fontes cartográficas anteriores desafiaram os limites do conhecimento técnico europeu e mostraram que, em contextos de impasse, os saberes locais eram frequentemente a única via possível de resolução. Este exemplo, somado a outros casos de identificação de rios, distinção de toponímias e navegação por áreas inexploradas pelos europeus, corrobora a hipótese de que a ciência de fronteira produzida naquele período foi uma ciência híbrida, construída na interseção entre regimes de saber distintos.

O exercício de leitura dessas fontes com o interesse voltado para aspectos da cultura local, nos permitiu identificar uma série de circunstâncias que demonstram essas interações. Em alguns casos, os conhecimentos dos povos nativos sobre a região prevaleceram sobre os dados coletados com auxílio dos instrumentos levados a campo, muitas vezes defeituosos ou avariados (GESTEIRA, 2017), e sobre a discordância dos cientistas espanhóis e portugueses, sabidamente em constantes conflitos de interesses territoriais. Os saberes indígenas, pontualmente, funcionaram como meio de solucionar os conflitos apresentados pelos terrenos, dos quais possuíam domínio empírico e demonstrando a agência indígena naquele contexto histórico. Pretendemos escapar à uma dicotomia, estudando a complexidade que envolve os povos indígenas da região de fronteira, nômades e missionários, conforme reflexão trazida por Boccara (2001), ao levar em conta o caráter dialético entre os fenômenos de mudanças e permanências entre o que eram essas sociedades nativas antes da expansão europeia e o que se tornaram ou estavam se tornando a partir desses contatos. A assimilação entre duas culturas não resultou em aculturação, posto que de acordo com a leitura das fontes escritas e visuais, percebe-se que em diversos momentos, saberes diversos foram utilizados em conjunto ou em oposição, mas foram agregados por todas as partes nesse processo, resultando, inclusive, em uma etnogênese desses povos. Segundo Garcia (2007), os estudos sobre etnogênese têm como um dos seus objetivos restituir a historicidade das populações originárias, abordando não o que era determinada etnia, mas sim como, num determinado contexto, ela surgiu.

Esse tipo de cuidado na leitura das fontes visa também despir-nos de uma visão romântica de resistência indígena, contra o imperialismo europeu, como alerta Elisa Garcia (2007), já que essa abordagem não abarcaria a efetiva “diversidade dos interesses indígenas e dos seus conflitos em relação ao tratado, pois os missionários não apenas não se opunham à sociedade colonial, como também estiveram presentes em negociações” (GARCIA, 2007, p. 31). A visão contemporânea da realidade indígena, ao olhar o transcurso da história, não pode ser transposta ao final do século XVIII, sob o risco de anacronismo, já que naquela realidade, os povos indígenas se viam como partícipes das negociações e construtores de sua própria realidade, de modo que faz sentido pensar na circulação de saberes dentro dessa perspectiva.

Ao longo do artigo, procurou-se demonstrar que os saberes indígenas foram mobilizados de forma seletiva e estratégica, sendo muitas vezes ocultados sob categorias genéricas ou silenciados nos registros oficiais. O uso de termos como “índios infiéis”, a omissão de nomes e a ausência de créditos autorais nos mapas reforçam a assimetria epistêmica que marcou a produção do conhecimento geográfico colonial. Ainda assim, os rastros desses saberes persistem — seja nos nomes dos rios e serras, seja nas soluções técnicas adotadas pelas comissões —, e sua análise nos permite reconstituir a agência indígena a partir de vestígios documentais.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho articula contribuições da Etno-História, da História Indígena e da História da Ciência, buscando compreender os processos de circulação, apropriação e apagamento de saberes nos contextos coloniais. A pesquisa procurou, portanto, evitar tanto o apagamento da violência colonial quanto a romantização da resistência indígena. Em vez disso, privilegiou-se uma abordagem que reconhece a complexidade das interações, os interesses diversos dos grupos envolvidos e as formas situadas de negociação e disputa pelo território e pelo saber.

Por fim, ao recuperar e valorizar o conhecimento indígena presente nas fontes coloniais, este artigo pretende contribuir para uma revisão crítica da História das demarcações territoriais e, mais amplamente, da própria História da Ciência no mundo ibero-americano. Ao evidenciar que os mapas traçados pelos europeus foram, em parte, informados por cosmologias e saberes locais, reafirma-se a importância de se reconhecer os povos indígenas não apenas como objeto de conhecimento, mas como sujeitos produtores de conhecimento. Sujeitos que, apesar das múltiplas tentativas de silenciamento, deixaram sua marca nas formas de ver, nomear e representar o mundo. Em suma, olhar para a fronteira a partir dos saberes indígenas não apenas restitui agência histórica, mas também revela

que a cartografia imperial, longe de ser um exercício autônomo do Estado, foi atravessada por outras cosmologias, temporalidades e formas de conhecer, marcas persistentes de mundos que, embora subalternizados, seguiram escrevendo o território.

Referências bibliográficas:

ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. **Colleção de Notícias para a História e Geografia das nações ultramarinas que vivem nos domínios portugueses ou lhes são vizinhas**, Tomo VII, Lisboa: Typografia da Academia, 1841 (Colleção, 1841) Brasiliana Digital USP.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

BARCELOS, Artur H. F. A cartografia indígena no rio da prata colonial. In: **Anais do X Encontro Estadual De História – ANPUH-RS**. O Brasil no sul: cruzando fronteiras entre o regional e o nacional, Santa Maria - RS, 2010.

BOCALON, Vitor L. S.; OTSUSCHI, Cristina. História da cartografia do Rio Peperi-Guaçu e a formação do espaço do extremo oeste catarinense. **Caminhos de Geografia**. Uberlândia-MG, v. 21, n. 74 Abr/2020 p. 162–177 2020, p. 173)

BOCCARA, Guillaume. Mundos Nuevos en las Fronteras del Nuevo Mundo: Relectura de los Procesos Coloniales de Etnogénesis, Etnificación y Mestizaje en Tiempos de Globalización. **Mundo Nuevo Nuevos Mundos** [Online], 2001. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/426>. Acesso em: 19 fev. 2024.

BUENO, Beatriz P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 12, p. 193-234, jan./dez. 2004.

BUENO, Beatriz P. S.; CABRAL, P. H.; CARVALHO, M. R. C. de. Pensar con los ojos. **Terra Brasilis** (Nova Série) [Online], nº 14, 2020. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/7831>; Acesso em 03 ago. 2021.

CARVALHO, F. A. L. D. **Lealdades Negociadas**: Povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII). São Paulo: Alameda, 2014.

CARDIEL, José. **Mapa de la Governacion del Paraguay y de la de Buenos Ayres con la linea divisoria de las tierras de España y Portugal ajustada entre las dos Coronas año 1750 cuya posesion se pretende tomar este año de 1752, Ponense tambien las tierras que tocan a Portugal segun la linea del papa Alejandro VI que antiguamente se ajustaron las dos coronas** [material cartográfico]. Manuscrito, color, 60,2 x 41,5 cm. Archivo General de Simancas, Secretaría de Estado, Legajos, MPD, 06, 032.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 349-371, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/j9CyCym5St8xmR4pn9HtcvD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 mar. 2024.

- CHARTIER, Roger. O Homem de Letras. In: **O Homem do Iluminismo**. Org.: VOVELLE, Michel. Trad. Maria Georgina Segurado. 1ª Ed., Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 117- 53.
- CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Tomo II. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia** 2, vol.5. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2012.
- DIAS, Maria O. L. da S. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: **Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro**, v. 278 - Jan-Mar 1968, p. 105 - 70.
- DOMINGUES, Ângela. **Quando os índios eram vassalos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. 1ª ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- ERBIG JR., Jeffrey Alan. **Where Caciques and Mapmakers Met: Border Making in Eighteenth-Century South America**. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2020
- FARIAS, Millena Souza. **O Engenho dos Engenheiros: ciência e política na fronteira meridional da América portuguesa (1750 – 1760)**. 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- GARCIA, Elisa Frühauf. **As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa**. 2007. 319 f. Tese. (Doutorado em História) - Programa de pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Trad. Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- GESTEIRA, Heloisa. A escrita de campo: relatos de viagens e instrumentos científicos nos confins da América portuguesa (1750-1760). In: FLECK, E. C. D. e DILLMANN, M. (Orgs.). **Escritas e Leituras: temas, fontes e objetos na Iberoamérica séculos XVI-XIX**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2017. p. 43-66
- GOLIN, Tau. Cartografia da Guerra Guaranítica. In: **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**. Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e Poder, Paraty, RJ, mai 2011, p. 1 - 16.
- HUNT, Lynn. Apresentação: História, cultura e texto. In: HUNT, Lynn. **A nova História Cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KANTOR, Íris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil polêmicas cartográficas e historiográficas. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 37: p.70-80, Jan - Jun 2007.
- KANTOR, Íris. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.17, n. 2. p. 39-61, jul.- dez. 2009.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>. Acesso em: 29 de maio de 2025.

MAPA dos confins do Brazil com as terras da Coroa da Espanha na America Meridional(...), 1749. 1 mapa ms, col, 60 x 54cm. em f. 70 x 64. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart1004807/cart1004807.pdf. Acesso em: 9 Aug. 2024.

MELO, Vanice Siqueira de. Paisagens, territórios e guerras na Amazônia colonial. **Revista Territórios e Fronteiras**, v. 4, n. 2, p. 8-33, 2011.

MONTEIRO, John. Entre o Etnocídio e a Etnogênese: identidades indígenas coloniais. In: FAUSTO, Carlos e MONTEIRO, John (org.). **Tempos Índios: Histórias e Narrativas do Novo Mundo**. Museu Nacional de Etnologia Assírio & Alvim, Lisboa, 2000. p.25-65.

MONTEIRO, John. **Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e do indigenismo**. 2001. 216 f. Tese. (Doutorado em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

MOREIRA, Maria Eunice. Um vaqueano sem identidade. **Letras de Hoje**. Porto Alegre – RS, v. 24, n. 23 – p. 65 – 76, set. 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. **Perú Indígena** (Lima) v. 13, n 29, p. 11 – 20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. P. 117 – 142. Disponível em <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em 26 de junho 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) **Epistemologias do Sul**. Almedina, Coimbra, 2009. p. 73 – 118.

RAJ, Kapil. Conexões, cruzamentos, circulações, **Cultura** [Online], Vol. 24 | 2007, poste online no dia 10 outubro 2013, Disponível em: <http://journals.openedition.org/cultura/877>, Acesso em 05 setembro 2023.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

WEBER, David. Bourbones y bárbaros: centro y periferia en la reformulación de la política de España hacia los indígenas no sometidos. **Anuário IEHS**, Tandil, n. 13, p. 147-171, 1998.